

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS N.º 2114/2025

CAPAS PARA CITOSCÓPIO FLEXÍVEL

CONVITE

**Serviço de Aprovisionamento
Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E.**

**AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS N.º 2114/2025
CAPAS PARA CITOSCÓPIO FLEXÍVEL
CONVITE**

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

Identificação do procedimento e objeto

O presente procedimento tem por objeto a celebração de um contrato para aquisição de Capas para citoscópio flexível, com o n.º 2114/2025, sendo adotada a forma de Ajuste Direto em função de Critérios Materiais, ao abrigo do disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP).

ARTIGO 2.º

Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é a Unidade Local de Saúde do Baixo Mondego, E.P.E., designado por ULSBM, EPE, NIPC nº 506 361 527, com sede na Gala, 3094-001 Figueira da Foz, com o telefone n.º 233 402 000, email: concursos@ulsbm.min-saude.pt, endereço da plataforma eletrónica www.acingov.pt

ARTIGO 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação do Conselho de Administração do ULSBM, EPE datada de 27 de março de 2025, exarada na ata nº 14.

ARTIGO 4.º

Fundamento para a escolha do procedimento

Em cumprimento do disposto no artigo 38.º do CCP e de acordo com os termos da regra geral de escolha de procedimento (prevista nos artigos 18º a 21º do CCP), adota-se o procedimento na forma de Ajuste Direto em função de Critérios Materiais nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, onde em anterior concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação para a formação de contratos de valor inferior aos limiares referidos nos n.os 2, 3 ou 4 do artigo 474.º, consoante o caso, todas as propostas ou todas as candidaturas tenham sido excluídas.

ARTIGO 5.º

Documentos que integram a proposta, Prazo e Modo de entrega

1. A proposta é constituída obrigatoriamente pelos documentos e/ou elementos abaixo referidos, sob pena de exclusão:

- a) Declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art.º 57.º do Código dos Contratos Públicos
- b) Preenchimento do Anexo B, que contem o formulário com os preços dos bens objeto do presente convite, não sendo, para este efeito, considerado o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA). O preço deverá ser descrito em numerário e por extenso, máximo de seis casas decimais, em caso de divergência, prevalecem, para todos os efeitos, os indicados em algarismos.
- c) Catálogos e fichas técnicas.
- d) Certidão Permanente da empresa ou código de acesso.

2. Os documentos devem ser apresentados na língua portuguesa. Admitem-se documentos técnicos em língua estrangeira (espanhol e inglês).
3. A data limite de entrega das propostas será até às 16:00 horas do 3.º (terceiro) dia contado após a data de publicação do procedimento na plataforma eletrónica, sob pena de exclusão.
4. A apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham deve ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica Acingov (www.acingov.pt).
- 4.1. A disponibilização e a utilização da plataforma eletrónica no presente procedimento de contratação pública rege-se pela Lei n.º 96/2015, de 17/08.
5. Os concorrentes devem assinar eletronicamente, através de assinatura eletrónica qualificada, a proposta e todos os documentos que lhe associarem.

ARTIGO 6.º

Caução

Não será exigida caução, nos termos do disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

ARTIGO 7.º

Documentos de Habilitação, Modo e Prazo de Apresentação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação de adjudicação sob cominação do prescrito nos artigos 86.º a 87.º-A todos do CCP, os seguintes documentos de habilitação, através da plataforma eletrónica Acingov (<https://www.acingov.pt/>):
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante no Anexo II do Convite do presente procedimento;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - c) Autorização para o exercício da atividade de distribuição por grosso de dispositivos médicos ou de medicamentos emitida pela autoridade competente – INFARMED, I.P – exigida pelo Decreto-Lei nº 145/2009 de 17 de junho;
 - d) Apresentação de declaração comprovativa da situação regularizada quanto ao pagamento da taxa ao INFARMED;
 - e) Código do Dispositivo Médico (CDM), ou caso o mesmo não se encontre ainda codificado, certidão de registo do equipamento no INFARMED.
2. Quando o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, cada uma das entidades que o compõe deve apresentar os documentos referidos nos números anteriores.
3. No caso da deteção de irregularidades que possam levar à caducidade da adjudicação, aquando da apresentação dos “documentos de Habilitação”, o prazo é de 5 (cinco) dias a contar da notificação do Adjudicatário para a supressão das irregularidades detetadas.
4. O ULSBM, EPE pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.
5. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, observando o previsto nos artigos, 81.º, 83-A.º e 85.º, do CCP.
6. Os documentos devem ser assinados eletronicamente.

ARTIGO 8.º**Propostas variantes**

Não são admitidas propostas variantes.

ARTIGO 9.º**Prazo de manutenção das propostas**

O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 90 (noventa) dias contados da data limite para a sua entrega.

ARTIGO 10.º**Esclarecimentos e retificações das peças do procedimento**

1. Nos termos do artigo 50.º do CCP, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, e no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetadas. O pedido de esclarecimento deverá ser feito através da plataforma Acingov.
2. O órgão competente para prestar esclarecimentos é o Serviço de Aprovisionamento.

DISPOSIÇÕES FINAIS**ARTIGO 11.º****Avaliação de Fornecedores**

Fazendo cumprir o Procedimento de Qualidade interno, citamos "PQ.06.4" o qual visa Descrever a avaliação e seleção de Fornecedores, o circuito de compra de um produto/equipamento, sua receção e verificação, bem como, o armazenamento, e conforme deliberação do Conselho de Administração do HDFF, EPE, datada de 24 de fevereiro de 2020, com vista à avaliação dos Fornecedores Externos, todos os fornecedores serão avaliados numa escala de 1 a 5, em que 1 é muito mau e 5 muito bom, considerando os seguintes critérios:

Critério a considerar	Fornecedor
Qualidade / Competência técnica do serviço / produto	
Capacidade de resposta	
Cumprimento de prazos	
Relação preço/qualidade do serviço/produto/equipamento	
Ser Certificado/ Acreditado	
Avaliação final (A / NA)	

ARTIGO 12.º**Legislação Aplicável**

Em tudo o omissso no presente convite observa-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

ANEXO I**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo -quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal. ... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II**MODELO DE DECLARAÇÃO**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)

1 – ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal (1)... (firma, número de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo (ou indica... como endereço do sítio da internet onde podem ser consultados (3)) os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.